



## Observações / Observaciones

### Art. 9 Proposta de Lei n.º 75/XIII y art. 4 Proyecto-Lei n.º 317/XIII/2ª

<p>O direito ao reconhecimento da identidade sexual deve ser reconhecido para todas as pessoas, incluindo menores. Caso contrário, a violação dos seus direitos fundamentais está a ser promovida, como a dignidade, a integridade moral e o direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade de acordo com a sua identidade sexual.</p> <p>Por conseguinte, na Resolução 2048 (2015) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, aprovada em 22 de abril de 2015 (15ª sessão), sobre "Discriminação contra pessoas transexuais na Europa", a Assembleia apela aos Estados membros "<i>No que diz respeito ao reconhecimento legal do género, estabelecer procedimentos, rápidos, transparentes e acessíveis, com base na autodeterminação, que permitem que pessoas transgénero alterem o nome e o sexo nos certificados de nascimento (...) independentemente da idade</i>".</p> <p>A identidade sexual é inata e também invariável, de modo que esse direito deve ser reconhecido a todas as pessoas. Na Espanha, este direito é reconhecido pela legislação autónoma, e a Lei 3/2007 (equivalente à Lei nº 7/2011, de 15 de março) está sendo processada para legitimar os menores transgéneros para a retificação do sexo registado.</p> <p><i>Proposição de Lei para a reforma da Lei 3/2007, de 15 de março, que regula a rectificação do registo da menção relativa ao sexo das pessoas, para permitir a rectificação do registo da menção relativa ao sexo e nome dos menores transexuais e / ou trans, para modificar os requisitos estabelecidos no artigo 4º sobre o registo da mudança de sexo e permitir medidas para melhorar a integração de estrangeiros residentes em Espanha.</i></p> <p>«Artigo 1. Legitimação.</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Qualquer pessoa de nacionalidade espanhola e com capacidade jurídica suficiente para fazê-lo pode solicitar a rectificação do registo do sexo.</li><li>2. Pessoas com mais de 16 anos poderão se candidatar.</li><li>3. Menores e pessoas legalmente incapacitadas podem fazer esse pedido através de seus pais ou representantes legais, neste caso, especificando o acordo expresso do menor.</li><li>4. Em caso de oposição de um ou ambos os pais ou representantes legais, os menores podem fazer o pedido através do Ministério Público, resolvendo o juiz competente no procedimento correspondente de jurisdição voluntária, sempre levando em consideração os melhores interesses da criança</li><li>5. A rectificação do sexo implicará a mudança do próprio nome da pessoa, de modo que não seja discordante com o sexo de registo.</li><li>6. Da mesma forma, a pessoa interessada pode incluir no</li></ol>	<p>El derecho al reconocimiento de la identidad sexual debe reconocerse a todas las personas, incluidas a las menores de edad. De lo contrario, se está propiciando la vulneración de sus derechos fundamentales, como la dignidad, integridad moral y el derecho al libre desarrollo de su personalidad conforme a su identidad sexual.</p> <p>Por ello, en la Resolución 2048 (2015) de la Asamblea Parlamentaria del Consejo de Europa, aprobada el 22 de abril de 2015 (15ª sesión), sobre "La discriminación contra las personas transexuales en Europa", la Asamblea llama a los Estados miembros "<i>en lo que concierne al reconocimiento jurídico del género, a instaurar procedimientos, rápidos, transparentes y accesibles, basados en la autodeterminación, que permitan a las personas transexuales cambiar el nombre y el sexo en los certificados de nacimiento (...) independentemente de la edad</i>".</p> <p>La identidad sexual es innata, y además invariable, por lo que ese derecho debe reconocerse a todas las personas. En España, ese derecho lo reconoce la legislación autonómica, estando en vía de tramitación la Ley 3/2007 (equivalente a la Ley nº 7/2011, de 15 de Marzo) para legitimar a los menores trans la rectificación del sexo registral.</p> <p><i>Proposición de Ley para la reforma de la Ley 3/2007, de 15 de marzo, reguladora de la rectificación registral de la mención relativa al sexo de las personas, para permitir la rectificación registral de la mención relativa al sexo y nombre de los menores transexuales y/o trans, para modificar exigencias establecidas en el artículo 4 respecto al registro del cambio de sexo, y para posibilitar medidas para mejorar la integración de las personas extranjeras residentes en España</i></p> <p>«Artículo 1. Legitimação.</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Toda persona de nacionalidad española y con capacidad legal suficiente para ello podrá solicitar la rectificación de la mención registral del sexo.</li><li>2. Las personas mayores de 16 años podrán efectuar la solicitud por sí mismas.</li><li>3. Las personas menores de edad y los incapacitados legalmente podrán efectuar dicha solicitud a través de sus progenitores o representantes legales, precisándose en este caso la expresa conformidad del menor.</li><li>4. En caso de oposición de uno o de ambos progenitores o representantes legales, las personas menores de edad podrán efectuar la solicitud a través del Ministerio Fiscal, resolviendo el juez competente en el correspondiente procedimiento de jurisdicción voluntaria, teniendo siempre</li></ol>
---	---

<p><i>pedido o pedido de transferência total do folio de registro. »</i></p> <p>Na Noruega, a Lei para a modificação do gênero legal (Lov om endring av juridisk kjønn; LOV-2016-06-17-46) prevê a rectificação da referência de registro referente ao sexo em todas as pessoas, incluindo menores de idade, distinguindo três grupos de idades para fins de representação e audição da criança: se a criança tiver mais de dezesseis anos, o pedido será feito pelo próprio filho, algo lógico considerando que é um ato muito pessoal; Se a criança tiver entre seis e dezesseis anos de idade, o menor deve solicitar isso junto com a pessoa ou pessoas com a autoridade parental da criança, observando que, se os pais tiverem a custódia conjunta, mas o pedido é submetido assinado por um único deles, o gênero O direito legal deve ser alterado se este for o melhor para a criança, o que evita ter que recorrer a um procedimento de resolução de litígios no exercício da autoridade parental; e se o menor tiver menos de seis anos, o pedido deve ser apresentado pela pessoa que tem autoridade parental da criança, advertindo que, se o menor for capaz de formular suas próprias opiniões sobre o assunto, ele deve ser informado e ter a oportunidade de expressar sua opinião antes da apresentação do pedido.</p> <p>Por todas estas razões, <b>consideramos que o sistema deve ser o previsto no PROJETO DE LEI No. 242 / XIII / 1 (artigos 4 e 5)</b>, que é absolutamente exemplar e respeitoso dos direitos dos menores transgêneros</p>	<p><i>en cuenta el interés superior del menor.</i></p> <p><i>5. La rectificación del sexo conllevará el cambio del nombre propio de la persona, a efectos de que no resulte discordante con su sexo registral.</i></p> <p><i>6. Asimismo, la persona interesada podrá incluir en la solicitud la petición de traslado total del folio registral.»</i></p> <p>En Noruega, la Ley para la modificación del género legal (Lov om endring av juridisk kjønn; LOV-2016-06-17-46), prevé la rectificación de la mención registral relativa al sexo en todas las personas, incluidas las menores de edad, distinguiendo modélicamente tres grupos de edades a efectos de representación y de audiencia del menor: si cuenta con más de dieciséis años, la solicitud la hará el menor por sí mismo, algo lógico teniendo en cuenta que se trata de un acto personalísimo; si tiene entre seis y dieciséis años, lo debe solicitar el menor junto con la persona o personas que tengan la patria potestad del niño, advirtiendo que si los padres tienen la custodia compartida pero la solicitud se presenta suscrita sólo por uno de ellos, el género legal debe cambiarse si ello es lo mejor para el niño, con lo cual se evita tener que acudir a un procedimiento de resolución de controversias en el ejercicio de la patria potestad; y si el menor tiene menos de seis años, la solicitud la debe presentar quien tenga la patria potestad del niño, advirtiendo que si el menor es capaz de formar su propio punto de vista sobre el asunto, debe ser informado y darle la oportunidad de opinar antes de que se presente la solicitud.</p> <p>Por todo ello, consideramos que <b>el sistema debe ser el previsto en PROJETO DE LEI N.º 242/XIII/1.ª (arts. 4 y 5)</b>, que es absolutamente modélico, y respetuoso con los derechos de los menores trans.</p>
---	---

### **Art 13 Proposta de Lei n.º 75/XIII**

<p>Recomenda-se reconhecer os direitos das pessoas trans para alcançar sua saúde integral. Não é certo ressaltar que são "tratamentos e intervenções cirúrgicas, farmacológicas ou de outra natureza, destinadas a fazer correspondência ou corpo à sua identidade de gênero", mas são medidas para as pessoas trans alcançar sua saúde integral.</p> <p>A legislação autônoma espanhola inclui os seguintes direitos:</p> <p>«Direitos das pessoas transgêneros no sistema público de saúde</p> <p>1. No sistema de saúde pública de ____, as pessoas transgênero terão o direito de:</p> <p>a) Acesse os tratamentos oferecidos no portfólio de serviços que lhes eram aplicáveis.</p> <p>b) Receba informações e avaliação do processo de atenção individualizada que facilite a tomada de decisões informadas sobre todos os tratamentos que os afetem. Nenhum tratamento pode ser aplicado sem primeiro obter o consentimento informado correspondente e garantir que foi aceito voluntariamente e voluntariamente.</p> <p>c) Solicitar a qualquer momento uma segunda opinião de profissionais especializados, quanto ao seu processo e tratamento, nos termos estabelecidos na legislação vigente.</p> <p>d) Seja tratado de acordo com sua identidade sexual ou de</p>	<p>Se recomienda reconocer los derechos de las personas trans para conseguir su salud integral. No es acertado señalar que son "tratamientos e intervenciones cirúrgicas, farmacológicas o de otra naturaleza, destinadas a hacer corresponder o cuerpo a su identidad de género", sino que son medidas para que las personas trans consigan su salud integral.</p> <p>La legislación autonómica española recoge los siguientes derechos:</p> <p>«Derechos de las personas transexuales en el sistema sanitario público</p> <p>1. En el sistema sanitario público de ____, las personas transexuales tendrán derecho a:</p> <p>a) Acceder a los tratamientos ofertados dentro de la cartera de servicios que les fuera de aplicación.</p> <p>b) Recibir información y valoración del proceso de atención individualizado que facilite la toma de decisiones informadas respecto a todos los tratamientos que les afecten. Ningún tratamiento podrá ser aplicado sin obtener previamente el correspondiente consentimiento informado y garantizando que haya sido libre y voluntariamente aceptado.</p> <p>c) Solicitar en cualquier momento una segunda opinión de las personas profesionales expertas, respecto de su proceso y tratamiento, en los términos establecidos en la legislación</p>
--	--

gênero, e seja admitido nos quartos ou centros correspondentes quando há diferentes dependências devido ao sexo, evitando qualquer segregação ou discriminação.

e) Ser atendidos na proximidade sem sofrer deslocamentos e despesas desnecessárias, além de solicitar encaminhamento voluntário para os centros especializados de cuidados especializados para o seu tratamento.

f) À privacidade em todas as consultas e conversas, bem como confidencialidade no processamento de todos os seus dados administrativos e clínicos pessoais.

g) Receba por escrito todas as informações coletadas em seu registro de saúde sobre o tratamento que você acompanhou até agora, para facilitar a continuidade do mesmo em caso de mudança para outra comunidade autônoma ou para outro país.

h) Seja derivado para certos tratamentos e intervenções especificados nesta lei para hospitais públicos ou privados que oferecem o serviço e oferecem padrões de qualidade adequados para garantir o acesso aos tratamentos mais seguros, mais modernos e adequados para a pessoa.

i) Receba os benefícios descritos nesta lei no menor tempo possível, e diretamente e não segregado.

2. Dentro das suas competências, o sistema de saúde pública de \_\_\_ proporcionará pessoas transexuais com:

a) Tratamento hormonal, considerando sempre o formato de administração mais apropriado para o candidato. No caso dos menores, a atenção será feita nos termos expressos no seguinte artigo desta lei.

b) Procedimento cirúrgico genital, mastectomia, masculinização do tórax, gerenciamento de listas de espera ajustadas para máxima transparência e eficácia sem requerer tratamento hormonal prévio.

c) Acompanhamento pós-operatório de qualidade.

d) Tratamentos cirúrgicos e não cirúrgicos que tendem a modular o tom e o timbre da voz quando necessário.

e) Suporte psicológico adequado se o usuário o solicitar, sendo esse acompanhamento o comum para o resto dos usuários do Sistema de Saúde, sem poder condicionar o fornecimento de cuidados de saúde especializados aos quais anteriormente ele deve ser submetido a exame psicológico.

f) Promoção, prevenção e aconselhamento em saúde sexual e reprodutiva. Pessoas transsexuais que optam por ter acesso aos tratamentos hormonais, antes do início desse tratamento.

g) Cuidados ginecológicos e / ou urológicos para homens transexuais e cuidados urológicos e / ou ginecológicos para mulheres transexuais que o necessitem.

h) Relatórios médicos que a pessoa pode solicitar para facilitar o seu trânsito em todas as áreas. Os serviços oferecidos neste artigo serão atualizados adaptando-se ao avanço do conhecimento científico, sendo o departamento responsável pelos cuidados de saúde responsável por atualizá-lo »

Os menores transgêneros também terão o direito de:

a) Receba tratamento para bloqueio hormonal no início da puberdade, uma situação que será determinada usando dados objetivos, como medir o nível de estradiol e testosterona, a taxa de crescimento ou maturidade dos ovários e gônadas, para evitar o desenvolvimento de personagens sexual secundário indesejado

b) Tratamento hormonal cruzado no momento apropriado da puberdade para incentivar o desenvolvimento do seu corpo a corresponder à das pessoas da sua idade, além de promover o desenvolvimento das características sexuais secundárias desejadas.

Os menores transgêneros ou transgêneros terão direito a

vigente.

d) Ser tratadas conforme a su identidad sexual o de género, e ingresadas en las salas o centros correspondientes a ésta cuando existan diferentes dependencias por razón de sexo, evitando toda segregación o discriminación.

e) Ser atendidas en proximidad sin sufrir desplazamientos y gastos innecesarios, así como solicitar la derivación voluntaria a los centros de atención especializada pertinentes para su tratamiento.

f) A la privacidad en todas las consultas y conversaciones así como a la confidencialidad en el tratamiento de todos sus datos personales administrativos y clínicos.

g) Recibir por escrito toda la información recogida en su historial de salud relativa al tratamiento que haya seguido hasta el momento, al objeto de facilitar la continuidad del mismo en caso de desplazarse a otra comunidad autónoma o a otro país.

h) Ser derivadas para determinados tratamientos e intervenciones concretadas en esta ley a hospitales públicos o privados que oferten el servicio y ofrezcan los estándares de calidad adecuados a fin de garantizar el acceso a los tratamientos más seguros, modernos y adecuados para la persona.

i) Recibir las prestaciones descritas en esta ley en el menor plazo posible, y de forma directa y no segregada.

2. Dentro de sus competencias, el sistema sanitario público de \_\_\_ proporcionará a las personas transexuales:

a) Tratamiento hormonal, considerando siempre el formato de administración más adecuado para la persona solicitante. En el caso de menores de edad, la atención se realizará en los términos expresados en el artículo siguiente de esta ley.

b) Proceso quirúrgico genital, mastectomía, masculinización de tórax, siendo la gestión de las listas de espera ajustada a la máxima transparencia y eficacia sin requerirse un previo tratamiento hormonal.

c) Seguimiento postoperatorio de calidad.

d) Tratamientos quirúrgicos y no quirúrgicos que tiendan a la modulación del tono y timbre de la voz cuando sean necesarios.

e) Acompañamiento psicológico adecuado si el usuario/a lo solicita, siendo este acompañamiento el común previsto para el resto de usuarios/as del Sistema de Salud, sin que quepa condicionar la prestación de asistencia sanitaria especializada a que previamente deba someterse a examen psicológico alguno.

f) Promoción, prevención y asesoramiento en la salud sexual y reproductiva. A las personas transexuales que opten por acceder a tratamientos hormonales, antes del inicio de dicho tratamiento.

g) Atención ginecológica y/o urológica a los hombres transexuales y atención urológica y/o ginecológica a las mujeres transexuales que así la necesiten.

h) Informes médicos que la persona pueda solicitar a los efectos de facilitar su tránsito en todos los ámbitos.

Los servicios ofertados en este artículo se actualizarán adaptándose al avance del conocimiento científico, siendo el departamento competente en materia de sanidad el responsable de su actualización»

Los menores transexuales o transgénero, además, tendrán derecho a:

a) Recibir tratamiento para el bloqueo hormonal al inicio de la pubertad, situación que se determinará utilizando datos objetivos como la medición del nivel de estradiol y testosterona, la velocidad de crecimiento o la madurez de los ovarios y gónadas, para evitar el desarrollo de caracteres

<p>esses tratamentos com consentimento prévio, conforme descrito no artigo ___.</p> <p>Em relação aos menores de idade:</p> <p>a) De acordo com as disposições dos artigos ____, é o próprio menor que concederá consentimento para o tratamento de bloqueio hormonal no início da puberdade, ou tratamento hormonal cruzado, nos casos em que o menor é intelectualmente capaz e emocionalmente para entender o alcance de tais tratamentos e, em qualquer caso, quando se trata de menores emancipados ou de mais de 16 anos.</p> <p>b) Se o menor não puder compreender intelectualmente e emocionalmente o escopo dos referidos tratamentos, o consentimento será dado pelo representante legal do menor, após ter ouvido sua opinião, de acordo com o disposto no artigo 9 da Lei Orgânica 1 / 1996, de 15 de janeiro, sobre a Proteção Jurídica de Menores.</p> <p>c) A recusa de mães, pais ou responsáveis por autorizar tratamentos relacionados à transexualidade ou para estabelecer preventivamente um tratamento de inibição do desenvolvimento hormonal, pode ser apelada perante a autoridade judicial quando for estabelecido que pode causar sérios danos ou sofrimentos à pessoa Transgênero ou transgênero menor.</p> <p>Em qualquer caso, o critério do interesse superior da criança será considerado em relação a qualquer outro interesse legítimo, de acordo com as disposições da Lei Orgânica 1/1996, de 15 de janeiro, sobre Proteção Jurídica de Menores e, em particular, nos seus artigos 2 e 11.2.1).</p>	<p>sexuales secundarios no deseados.</p> <p>b) Tratamiento hormonal cruzado en el momento adecuado de la pubertad para favorecer que su desarrollo corporal se corresponda con el de las personas de su edad, a fin de propiciar el desarrollo de caracteres sexuales secundarios deseados.</p> <p>Los menores transexuales o transgénero tendrán derecho a estos tratamientos previo consentimiento, según se describe en el artículo ___.</p> <p>En relación con los menores de edad:</p> <p>a) De conformidad con lo previsto en los artículos ____, será el propio menor quien otorgue el consentimiento al tratamiento para el bloqueo hormonal al inicio de la pubertad, o del tratamiento hormonal cruzado, en los casos en los que el menor sea capaz intelectual y emocionalmente de comprender el alcance de dichos tratamientos, y en todo caso cuando se trate de menores emancipados o mayores de 16 años.</p> <p>b) Si el menor no es capaz intelectual y emocionalmente de comprender el alcance de dichos tratamientos, el consentimiento lo dará el representante legal del menor, después de haber escuchado su opinión, conforme a lo dispuesto en el artículo 9 de la Ley Orgánica 1/1996, de 15 de enero, de Protección Jurídica del Menor.</p> <p>c) La negativa de madres, padres o tutores a autorizar tratamientos relacionados con la transexualidad o a que se establezca preventivamente un tratamiento de inhibición del desarrollo hormonal, podrá ser recurrida ante la autoridad judicial cuando conste que puede causar un grave perjuicio o sufrimiento a la persona transexual o transgénero menor de edad.</p> <p>En todo caso se atenderá al criterio del interés superior del menor frente a cualquier otro interés legítimo, de conformidad con lo previsto en la Ley Orgánica 1/1996, de 15 de enero, de Protección Jurídica del Menor, y en particular en sus artículos 2 y 11.2.1).</p>
--	---